



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 9/2013

SESSÃO ORDINÁRIA DE 10 DE MAIO DE 2013

----- Aos dez dias do mês de maio do ano dois mil e treze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Silvino Manuel Gomes Sequeira, Carlos Alberto Nazaré Almeida e Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da do artigo 17º do Regimento do Funcionamento das Reuniões da Câmara Municipal, foi justificada a falta da Senhora Vereadora Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva, por motivos profissionais, procedendo-se à sua substituição. -----

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Senhora Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente sessão. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: trezentos e setenta e seis mil setecentos e quarenta e um euros e vinte e dois cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e setenta mil trezentos e setenta e seis euros e noventa e um cêntimos. -----

----- COMPETÊNCIA DELEGADA -----

----- Ao abrigo da previsão do nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, a Câmara tomou conhecimento que, no uso da competência delegada e subdelegada, o Vereador Carlos Fernando Frazão Correia proferiu despachos sobre assuntos emanados da Unidade de Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, bem como da Subunidade de Contabilidade – neste último caso referente à oitava/nona

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE MAIO DE 2013

Alteração/Modificação ao Orçamento 2013 – sétima/oitava Alteração/Modificação às Grandes Opções do Plano 2013 – Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, e a listagem dos compromissos plurianuais, os quais constam da pasta de documentos anexos a esta ata. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir às suspeições lançadas sobre os contratos de avença em empresas municipais, referindo que o setor empresarial local, pela sua legislação mais recente, afastou, de algum modo, o seu acompanhamento mais direto. Considerou que acredita na seriedade das pessoas envolvidas e pediu que a Senhora Presidente providenciasse no sentido de virem ao conhecimento da Câmara todos os contratos de avença que existem nas empresas municipais, por entender ser este o local certo para se funcionar com transparência e com toda a informação. -----

----- Disse ainda que todos somos riomaiorenses e todos temos o dever de zelar e acautelar o bom nome, não só das pessoas envolvidas, como das próprias instituições. -----

----- VEREADOR SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Referiu que a cidade de Rio Maior ficou melhor com as obras recentemente feitas, considerou, ainda, que para que essa imagem melhor seria importante fazer alguma coisa na zona do café União, preservando a Praça da República, já que a rede que vedava o terreno caiu e todo o espaço tem um aspeto de total abandono. -----

----- Registou e agradeceu os dados minuciosos que lhe foram fornecidos acerca dos utentes em situação de desemprego e disse guardar para uma próxima sessão uma exposição sobre este assunto tendo como referência as profissões que as pessoas tinham e aquilo que é considerado uma emergência nacional no combate ao desemprego. Disse mais uma vez que a sua intervenção neste assunto é tão, e somente, contribuir para que Rio Maior minore o mais possível o desemprego das mais de mil pessoas em situação de desemprego em Rio Maior, reforçando que os vereadores do Partido Socialista mantêm a disponibilidade desde o primeiro dia para colaborar no combate a esta situação. -----

----- VEREADORA SARA MARIA CARAPITO SILVA FRAGOSO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por chamar à atenção para a exposição de pintura patente na Biblioteca Municipal até trinta e um de maio sobre Aristides Sousa Mendes, figura

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE MAIO DE 2013

ímpar e destacada do século XX, conhecida de todos, agora homenageado desta forma. -----

----- Referiu que para o mês de maio estavam agendados vinte e sete pedidos de visita, não apenas às Salinas mas também a outros locais do concelho, num total esperado de mais de mil visitantes, o que considerou ser um sinal do dinamismo do setor de turismo e das próprias pessoas nele integradas e também da forte aposta na divulgação das riquezas existentes no concelho. -----

----- Realçou ainda a assinatura do protocolo com a Fundação António Quadros, dizendo que já estava em fase adiantada a transferência do espólio de Lisboa para a biblioteca. Disse ser um trabalho pesado a vários níveis mas que os técnicos estavam a acompanhar e a desenvolver a bom ritmo. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA.** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para dar conta das obras que têm decorrido um pouco por todo o concelho, realçando toda a colaboração que tem havido entre as juntas de freguesia em geral e em particular todo o trabalho feito na Vila da Marmeleira. Referiu ainda que São Sebastião também dignificou bastante a freguesia com a inauguração do Monumento ao Combatente e que a cerimónia, além de digna, realçou o trabalho feito em prol da comunidade. -----

----- Referindo-se às Alcobertas frisou que finalmente as obras na Avenida da Igreja estavam concluídas. Agradeceu ainda a colaboração entre a Junta de Freguesia de Rio Maior pelo empréstimo de uma máquina, dizendo que a Câmara Municipal de Rio Maior dera o tubo e outros materiais e a Junta de Freguesia de Asseiceira a mão-de-obra, levando assim a água a mais cerca de vinte habitações, através da realização de uma conduta de dois mil e duzentos metros. Saliu que é este espírito de colaboração direto entre as juntas e a câmara que torna possível uma maior qualidade de vida para todos. Referiu que também em Arroquelas este tipo de colaboração permitiu o prolongamento das condutas de saneamento e não só. -----

----- Informou ainda que em relação às obras de ampliação do centro de estágios que até meados de junho estarão concluídas, altura em que a autarquia terá todo o gosto em convidar a visitar já que neste momento os acessos não são os melhores. -----

----- Referiu ainda o incêndio urbano que aconteceu na parte antiga da cidade e disse que em boa hora a Câmara Municipal aprovou a atribuição de um subsídio para os bombeiros para a aquisição de uma escada, porque aquela que esteve no local veio de Santarém, o que provocou alguma demora. Realçou a atuação dos bombeiros pela sua atitude correta e positiva e considerou a situação como um alerta, dizendo que

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE MAIO DE 2013

este tipo de problema pode voltar a acontecer. Fez notar ainda que isto vem dar razão à comissão de trânsito quando foi definida a reestruturação do trânsito na Rua Serpa Pinto e Rua David Manuel da Fonseca, porque se verificou que o primeiro carro de bombeiros que chegou demorou mais que o previsível por estarem alguns carros indevidamente estacionados, o que obrigou a algumas manobras para conseguir passar. Agradeceu ainda a colaboração da proteção civil, dos trabalhadores da Câmara Municipal, dos bombeiros e da GNR. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

Referindo-se à situação das avenças lamentou a forma como as coisas aconteceram e disse achar estranho que quem tem legitimidade para solicitar esclarecimentos, como membro da Assembleia Municipal, não tenha dirigido à Câmara um requerimento a fazê-lo, embora desconheça se foi remetido à Assembleia Municipal. Esclareceu que não faz parte do Conselho de Gerência da Escola Profissional mas sim da Assembleia Geral e que é um compromisso que assume, no que se refere a avenças ou a contratos a prestações de serviços, passar a dar conhecimento dos mesmos à Câmara. -----

----- Acerca da questão do desemprego, agradeceu, reconheceu e registou a disponibilidade demonstrada para a resolução de uma situação que preocupa todos e informou que foram agora elaboradas e submetidas quatro candidaturas da Câmara Municipal ao Instituto de Emprego e Formação Profissional. Uma para vinte lugares e as restantes para dez, totalizando 50 lugares, sendo que três das candidaturas são dirigidas a jovens entre os dezoito e os trinta anos e outra para uma maior abrangência de idades, para pessoas que estão inscritas no Centro de Emprego. Reconheceu que não resolve a situação, mas minimiza durante algum tempo, e será também uma oportunidade para jovens que manifestem interesse de vir a integrar estas novas medidas e por outro lado permitir que pessoas mais experientes, em situação de desemprego, possam ser de alguma forma integrados. -----

----- Por fim apontou o início das tasquinhas da Alcobertas e a cerimónia da queima das fitas da Escola Superior de Desporto a terem lugar este fim-de-semana e informou que irá ter lugar a apresentação pública da incubadora de empresas no dia dezasseis de maio às dezassete horas. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **EXPOSIÇÃO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA SOBRE LEGISLAÇÃO RELATIVA A ÁGUA E SANEAMENTO QUE FOI APROVADA EM CONSELHO DE MINISTROS – E-MAIL DO PRESIDENTE DA CÂMARA DE COIMBRA** -----

----- **FUNDO FLORESTAL PERMANENTE – APOIOS A AUTARQUIAS LOCAIS**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE MAIO DE 2013

DETENTORAS DE EQUIPAS DE SAPADORES FLORESTAIS – OFÍCIO DO INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS -----

----- DIREITO DE PARTICIPAÇÃO E INFORMAÇÃO – DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS NA PRAÇA DO COMÉRCIO, RIO MAIOR – EICEL – ASSOCIAÇÃO PARA A DEFESA DO PATRIMÓNIO MINEIRO, INDUSTRIAL E ARQUITETÓNICO – OFÍCIO DA PROVIDORIA DA JUSTIÇA -----

----- ESTADO DA VIA NA ESTRADA ENTRE A SRA DA LUZ E O MERCADO DE SANTANA – RIO MAIOR -----

----- SISTEMAS MULTIMUNICIPAIS DE RESÍDUOS -----

----- PRORROGAÇÃO DO GIP -----

----- PAVILHÃO MULTIUSOS – PAVILHÃO DE ALCOBERTAS -----

----- RELATÓRIO TRIMESTRAL DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESMOR -----

----- PROPOSTA DE PROCEDIMENTO – EXECUÇÃO DE CONDUITA ADUTORA E REABILITAÇÃO DO DEPÓSITO DE MALAQUEIJO – INFORMAÇÃO N.º 32/2013-APS -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Disse haver dois assuntos sobre os quais seria bom a Câmara refletir um pouco, nomeadamente a exposição remetida pelo Presidente da Câmara de Coimbra ao Presidente da República sobre legislação relativa água e saneamento que foi aprovada em Conselho de Ministros, que reflete a tomada de posição do Presidente da Câmara de Coimbra, além de outros, no que respeita aos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água. Continuou dizendo, nas palavras do Presidente da Câmara de Coimbra, que esta posição contém um alerta para uma reunião do Conselho de Ministros de onze de abril de dois mil e treze que aprovou o diploma que estabelece um novo regime para estes sistemas e salientou que pela documentação que vem anexa o modelo proposto de agregação de sistemas não resolve o problema da sustentabilidade do setor, limitando-se a empurrar para os municípios e para as famílias o custo das ineficiências e dos erros do passado o que constitui um forte golpe na autonomia local abrindo as portas para qualquer governo poder vir a legislar em matéria de competência municipal, ignorando a vontade dos munícipes e impondo-lhes o que prover. Afirmou que no documento se faz um apelo à Câmara Municipal de Rio Maior que concorde em assinar o requerimento que solicita ao Presidente da República que seja verificada a constitucionalidade das normas e que não promulgue o respetivo diploma. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE MAIO DE 2013

----- Sugeriu, em face disso, e perante a demonstração de desrespeito pelo poder local e pelas consequências que traz para o futuro e ainda por não preconizar uma solução para todo o país, como se tem vindo a defender há muito, em que o preço da água fosse igual para todos, independentemente do sistema económico existente, que a Câmara Municipal de Rio Maior decida subscrever o requerimento ao Presidente da República em consonância com as restantes câmaras municipais da região. -----

----- Referindo-se ao segundo assunto indicado disse que espera que a situação do Fundo Florestal Permanente não atinja o município de Rio Maior e reconheceu que a falta de apoio irá prejudicar a Freguesia de Alcobertas, que tem desenvolvido um trabalho notável com a equipa de sapadores, esperando que a Câmara manifeste repúdio pela posição da Direção Geral das Autarquias Locais sobre a matéria, na qual nem o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas se revê, porque se trata, mais uma vez, a fuga à responsabilidade da proteção civil no que diz respeito às populações e aos regimes florestais, aligeirando a forma de participação e obrigando a que a nível local se procure recursos numa altura em que já existem orçamentos aprovados que não prevêem este tipo de custos e em que está a começar a época crítica dos fogos florestais. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Disse que quando viu o documento do Fundo Florestal ficou bastante desagradado e salientou o facto de no início de época de incêndios ser levantado este problema que põe em causa candidaturas para equipamentos para a proteção civil por parte das juntas de freguesia e das próprias associações de municípios. Disse ainda esperar que esta situação não ponha em causa o trabalho, por exemplo, da Junta de Freguesia de Alcobertas que sem este subsídio, de cerca de trinta e cinco mil euros por ano, se vê na incapacidade de não conseguir realizar os trabalhos necessários e se esta situação for mesmo extensível às autarquias põe-se em causa o apoio que a Câmara Municipal dá às Equipas de Intervenção Permanente. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referindo-se ao ofício enviado pelo Presidente da Câmara de Coimbra disse ter informação, não oficial, que o Presidente da República já teria enviado o assunto para o Tribunal Constitucional e considerou, tal como outros Presidentes de Câmara, ser necessário travar esta situação. -----

----- Sobre o assunto do Fundo Florestal Permanente disse que quando foi informada pelo Presidente de Junta da Freguesia de Alcobertas do conteúdo da comunicação ligou para o Diretor Regional das Florestas e embora o ofício diga tudo, o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas repudia também esta posição da Direção

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE MAIO DE 2013

Geral das Autarquias Locais em que esta última entidade vem dizer que os apoios ao funcionamento das equipas de sapadores florestais detidas por autarquias locais são incompatíveis com a lei das finanças locais, e isto numa altura em que se inicia a fase da época de incêndios. -----

----- Disse que foram ainda vistas algumas soluções no que respeita à equipa de sapadores florestais das Alcobertas, através da Zona de Intervenção Florestal (ZIF) constituída e da Assembleia de Compartes equacionando-se de que forma se pode garantir que Alcobertas não perca este apoio e a própria equipa. Informou que ficou previsto o agendamento de uma reunião para encontrar uma solução para esta situação porque a equipa é constituída por cinco pessoas, trabalha durante o verão no combate e durante o inverno na prevenção. -----

----- Referiu ainda que não tendo a ver com este enquadramento, não sendo uma posição da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), tenta-se também a resolução da Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros (ADSAICA), já que se previa que as duas equipas que a associação tem poderiam, também elas, estar em vias de ser extintas, embora por outros motivos. Acrescentou que em pouco tempo ficaríamos desprovidos destes meios nas Serras de Aire e Candeeiros, a quem se reconhece o trabalho feito. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Interveio novamente para dizer que a lei das finanças locais é de dois mil e sete, não se apontando, até há data, incompatibilidades, e que só agora alguém considerou que estas existem. -----

----- Solicitou ainda que a Câmara subscrevesse a exposição do Presidente da Câmara de Coimbra ao Presidente da República sobre a legislação relativa a água e saneamento que foi aprovada em Conselho de Ministros. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse que em determinada altura pensou que os Municípios e a Águas do Oeste deviam tomar uma posição pública e que o próprio Presidente de Câmara das Caldas da Rainha subscreveu a posição de forma isolada. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Acrescentou que a Câmara Municipal de Rio Maior devia tomar uma posição, subscrever ou não a exposição, por respeito ao Presidente da Câmara de Coimbra, e que em sua opinião devia subscrever a posição do mesmo, dizendo que é claro o descrito na exposição e que é sabido os prejuízos que o sistema imposto trouxe para os municípios e que agora recorrer ao mesmo sistema será um erro. Disse ainda que estas questões deveriam voltar para a gestão dos municípios. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE MAIO DE 2013

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Afirmou que seria preferível ser a Águas do Oeste a tomar a posição, pela força que tem e à semelhança da Águas de Coimbra ou da Águas do Mondego, mas que a Câmara Municipal de Rio Maior pode tomar essa decisão e subscrever a exposição do Presidente da Câmara Municipal de Coimbra. -----

----- **VEREADOR SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA** -----

----- Interveio para afirmar que se deve tomar uma posição: a favor ou contra a privatização, sendo evidente que por trás disto está essa previsão, começando pelos CTT – Correios de Portugal, continuando nas águas e por aí adiante. Considerou tudo isto uma encenação para um ato final. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Afirmou que nunca houve a união necessária entre os Municípios que integram a Águas do Oeste, cada um defendendo os seus interesses, e considerou que se tivesse havido unidade e coerência na sua atuação possivelmente a situação seria outra. Informou que com a tomada de posse da nova administração das Águas de Portugal o funcionamento da entidade piorou e que nas várias reuniões que houve chegou-se a falar na verticalização e na criação de cinco grandes sociedades a nível nacional, dizendo que era para estar tudo concluído até junho de dois mil e doze, depois passou para setembro do mesmo ano e que entretanto muitos municípios começaram a por em causa a continuação de uma guerra desta natureza visto as eleições autárquicas serem em breve, razão pela qual nunca mais houve reuniões da Águas do Oeste. Informou ainda que a última reunião que houve foi para aprovar o relatório e contas do ano de dois mil e doze relativamente aos quais todos os municípios, sem exceção, votaram contra na assembleia geral, sendo aprovado pela Águas de Portugal que detém cinquenta e um por cento. -----

----- Disse ainda que o voto contra dos municípios se deveu a vários pontos com que discordam como por exemplo os mínimos contratados, os preços diferentes de município para município conforme este é consumidor ou não e a atual situação é um exemplo da confusão que está gerada e considerou que se trata de preparar o caminho para a privatização. Afirmou que em sua opinião a Câmara deve subscrever a exposição. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Colocou à votação a admissão do assunto na ordem do dia da reunião da Câmara para votação. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE MAIO DE 2013

----- A admissão do assunto foi **aprovada por unanimidade** dos presentes, e será votado para deliberação após os assuntos da ordem do dia sob a epígrafe de assuntos além da ordem do dia. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 68º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO NA SUA REDAÇÃO ATUAL** -----

----- **DESPACHO N.º24/PRES/2013 (07 MAIO) – IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DOS CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (CLDS+)** -----

----- A Presidente da Câmara deu conhecimento do despacho emitido, para ratificação pela Câmara Municipal, informando que se refere a um convite endereçado pela Segurança Social para a Câmara aderir ao programa de contratos locais de desenvolvimento social + (CLDS+). Informou que o prazo concedido para responder ao convite foi de cinco dias e daí a necessidade de ser decidido por despacho. Esclareceu que neste âmbito a Câmara teve que indicar uma entidade para ser a promotora, uma instituição particular de solidariedade social, com sustentabilidade e alguns critérios específicos, pelo que se decidiu que aquela que melhor preenche os requisitos necessários é o Centro de Educação Especial “O Ninho”. -----

----- Acrescentou ainda que é um programa ambicioso e que se percebe que a Câmara terá que dar também um forte apoio, sabendo-se que, neste contexto, haverá um conjunto de situações decididas por deliberação de Câmara. -----

----- Referiu, por isso, que a presente deliberação vai no sentido da câmara ratificar o despacho relativo à aceitação do convite enviado à Câmara Municipal pelo Instituto da Segurança Social para a criação de um contrato local de desenvolvimento social +, no âmbito do regulamento específico do programa de contratos locais de desenvolvimento social constante no anexo I da portaria n.º 185-C/2008, de 28 de março nos termos expostos na informação dos serviços. -----

----- Acrescentou ainda que de acordo com a informação dos serviços este programa tem como finalidade originária promover a inclusão social de cidadãos de forma multisectorial e integrada através de ações a executar em parceria por forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos e salientou que a questão do desemprego pode estar integrada neste contexto e que por outro lado que a segurança social sabe e reconhece o trabalho que está a ser desenvolvido pela ação social no nosso concelho e a boa rede social e que este convite espelha exatamente isso. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE MAIO DE 2013

----- Felicitou a Câmara por ter aproveitado a oportunidade e ter sido decidido aceitar o convite. Disse perceber que existem uma série de iniciativas, sejam elas da Segurança Social, do Instituto de Emprego ou da própria Câmara e que nos tempos que se vivem há que aproveitar todas as oportunidades. Lançou um desafio à Câmara no sentido de não se limitar a ser um parceiro e que efetivamente, dentro das responsabilidades que tem, tenha a capacidade de unificar todos estes esforços e dignificar todos estes recursos para que sejam efetivamente para as populações e para os desempregados. Disse ainda que é de facto reconhecido o trabalho da rede social em Rio Maior mas espera que não fiquemos acomodados ao bom desempenho e não deixemos de lutar porque é isso que as pessoas esperam. -----

----- **VEREADORA SARA MARIA CARAPITO SILVA FRAGOSO** -----

----- Concordou que a articulação entre parceiros é essencial e, neste caso, exigida pela forte intervenção que o Conselho Local de Ação Social (CLAS) é chamado a fazer. Esclareceu que o plano de ação parte muito do próprio conselho, havendo assim um trabalho grande no sentido de não existirem ações dispersas que depois se perdem e sim um trabalho de articulação e de integração, rentabilizando todos os recursos existentes na comunidade, levantando todas as necessidades, tentando dar resposta o mais possível dentro do que é disponibilizado. -----

----- **VEREADOR SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA** -----

----- Disse subscrever as palavras do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida e acrescentou que a Câmara está sensível à questão colocada e congratulou-se pela adesão ao programa. -----

----- Acrescentou ainda, como vem fazendo em sessões de Câmara, que se está numa luta contra o tempo e disse que quando afirma isso se deve ao facto de hoje em dia o poder local, em algumas circunstâncias, ser meramente reativo a situações de facto e considerou que não tardará muito que na generalidade do poder local, nestas questões, seja proativo, antecipando os problemas. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Afirmou que todos os desafios que têm sido lançados à Câmara na área social têm sido abraçados e disse compreender a ideia de que temos que aproveitar e gerir bem os recursos existentes numa lógica de não haver duplicação de esforços, evitando o desperdício dos mesmos, como em outras épocas o acompanhamento e a gestão não tinham o rigor que hoje se exige por parte de todos os responsáveis. -----

----- Completou dizendo novamente que este programa visa de forma multisectorial e integrada promover a inclusão social de cidadãos através de ações a executar em parceria que permitam contribuir para o aumento da empregabilidade, para o combate

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE MAIO DE 2013

das situações críticas de pobreza especialmente infantil, de exclusão social em territórios vulneráveis, envelhecidos e fortemente atingidos por calamidades, com especial atenção na concretização de medidas que promovam a inclusão ativa de pessoas com deficiência e incapacidade. -----

----- Agradeceu ainda ao Centro de Educação Especial “O Ninho” que tem sido, entre tantas boas instituições do concelho, um dinamizador incansável em benefício daqueles que mais necessitam. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- SUBSIDIOS E APOIOS -----

----- APOIO AO DIA DISTRITAL DO BOMBEIRO -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a atribuição de um apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior no montante de quinhentos euros, nos termos da informação. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS -----

----- MAPA DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE VENDA AO PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONCELHO DE RIO MAIOR – EMISSÃO -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a emissão dos respetivos mapas de horário dos estabelecimentos, conforme disposto no artigo 14º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Rio Maior. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- REGULAMENTO MUNICIPAL DO SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUAS DO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR – TARIFÁRIOS ESPECIAIS - CÁLCULOS -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é que, nos termos do artigo 77º do Regulamento do Serviço de Distribuição de Água do Município de Rio Maior, a respetiva fórmula de cálculo a utilizar seja a constante nas informações em apreço. ----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE MAIO DE 2013

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **UNIDADE DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE** -----

----- **PROTOCOLO COM O C.E.E. “O NINHO” – UNIDADES MÓVEIS DE SAÚDE** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a aprovação da transferência mensal de 1.600,00€/mês para o Centro de Educação Especial “O Ninho” no período compreendido entre 11 de maio de 2013 até 10 de janeiro de 2014, no âmbito de protocolo celebrado e nos termos expostos na informação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PROTOCOLO COM O C.E.E. “O NINHO” – INSERÇÃO DE 11 CIDADÃOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA MOTORA E/OU INTELLECTUAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a renovação do protocolo de colaboração estabelecido com o Centro de Educação Especial “O Ninho” a 31 de maio de 2012, nos termos expostos na informação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL DA CENTRAL DE COMPRAS ELETRÓNICAS DA CIMLT – AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2013/2014** -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE MAIO DE 2013

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a abertura do procedimento de concurso público, com publicação de anúncio no JOUE, para a aquisição de refeições escolares para o ano letivo 2013/2014, bem como a respetiva despesa, sendo fixado como preço base para efeitos do presente procedimento, o valor de 435.661,90€, repartido da seguinte forma, 171.206,85€, no ano de 2013 e 264.455.05€, no ano de 2014, montantes acrescidos de Iva à taxa legal em vigor; autorizar celebração de um acordo quadro e na sua sequência a abertura de procedimento de ajuste direto, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 258.º do CCP, estabelecendo-se o valor base supra referido; autorizar que o Município de Rio Maior, apresente junto da CIMLT o respetivo pedido de contratação; autorizar que Município delegue no Conselho Executivo da CIMLT e no seu presidente as competências indicadas na informação supracitada, nos termos mencionados; aprovar as peças de procedimento apresentadas. -----

----- **VEREADORA SARA MARIA CARAPITO SILVA FRAGOSO** -----

----- Pede a palavra para acrescentar que se resolveu, por uma questão de economia de escala e à semelhança do que aconteceu o ano passado, apresentar a proposta de adesão a este concurso da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), sabendo porém que todas as pessoas que foram contratadas pela empresa que está a prestar o serviço este ano, e com a certeza que será esse o procedimento de qualquer empresa que venha a ficar, são do concelho de Rio Maior. Informou que são cerca de trinta pessoas que estão a trabalhar nas cozinhas e nos refeitórios quer dos centros escolares quer das escolas básicas, todas elas do concelho de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Iniciou por dizer que se trata de uma matéria da qual tem conhecimento de causa e disse não acreditar que nesta questão das refeições escolares o facto de acompanharmos a CIMLT traga qualquer vantagem às crianças de Rio Maior, dizendo que mesmo a questão da contratação de pessoas de Rio Maior não é real porque as empresas não contratam ninguém, recorrem antes a empresas de prestação de serviços temporários que tratam os empregados de uma forma desumana, sem pagamento de horas extraordinárias, sem pagamento de férias, sem pagamento de subsídios, fazendo lembrar situações do passado de extrema escravatura. -----

----- Acrescentou também que a qualidade das refeições que são servidas levam a conflitos diários nas escolas por prestarem serviço de péssima qualidade às crianças e

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE MAIO DE 2013

salientou que o Ministério da Educação tem sérias responsabilidades nesta questão ao querer o valor baixo por refeição a todo o custo. Considerou que deve haver uma demarcação desta situação por parte de todos, porque entende que num período de desemprego no concelho, entre os quais cozinheiros, poder-se-ia, a nível local, recorrer a parcerias, a outro tipo de soluções, originando emprego e o abastecimento no concelho, reconhecendo que pode vir-se a pagar um valor mais alto por cada refeição mas o valor a mais ficaria na economia local. Disse estar contra a situação atual e que não pode concordar com o abuso que se está a praticar pela meia dúzia de empresas que existem a nível nacional e controlam este mercado. -----

----- **VEREADOR SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA** -----

----- Afirmou não se tratar de uma questão nova e que numa das últimas sessões de Câmara a abordou e que a sua posição é acima de tudo de quem quer colaborar e encontrar soluções. Disse, neste contexto, e analisando a listagem disponibilizada pelo Gabinete de Inserção Profissional, que existe uma grande quantidade de pessoas ligadas à cozinha e à restauração e que Rio Maior poderia agarrar estas pessoas em situação de desemprego e ajudá-las a formar a sua própria empresa, colaborando com elas e em vez de estas verbas serem entregues a entidades que prestam um serviço deplorável, poderem ser um incentivo para a criação de pequenas empresas. Referiu ainda que se legalmente tal não for permitido deve ser encetada uma luta que o permita, já que atualmente a percentagem de desemprego no concelho é grande e esta poderá ser uma das formas de promover a empregabilidade, o pequeno comércio e a pequena atividade em Rio Maior. -----

----- Disse ainda concordar inteiramente com a intervenção do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida e que é o retrato do que se passa hoje em dia, voltando a insistir que devemos inovar e ser criativos nas respostas aos problemas que atravessamos, já que em situações de emergência temos que ter criatividade e força de persuasão para que se atinjam objetivos que estão acima de qualquer espécie de condicionalismo administrativo. -----

----- **VEREADORA SARA MARIA CARAPITO SILVA FRAGOSO** -----

----- Iniciou por dizer que é verdade o que o Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida relatou e que efetivamente as empresas fazem contratos mensais que vão renovando refletindo um tipo de contratação irreal e chocante. Informou que perante esta evidência foram inclusive pedidos pareceres se haveria alguma possibilidade de se contornar essa situação mas que a resposta foi negativa e que a Câmara não pode interferir no vínculo contratual entre as empresas e os seus trabalhadores. -----

----- No que se refere à qualidade das refeições disse ser também verdade que a sua

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE MAIO DE 2013

qualidade é baixa e o acompanhamento, seja pela Câmara, pelas escolas e pelas associações de pais, tem que ser diário para que seja garantida a mínima qualidade das mesmas. -----

----- Não obstante as situações relatadas informou que a Câmara, antes de avançar para este processo, pensou noutras possibilidades que envolvesse outro tipo de contratação ou um outro processo, revelando que nesta fase já se tornava difícil, a nível logístico, a concretização em tempo útil. Afirmou ainda que com vista ao ano letivo 2014/2015 poderá começar já a ser pensada uma alternativa e as suas formas de concretização. Disse que anteriormente tinha já sido equacionada essa hipótese e que do levantamento de necessidades efetuados se apurou serem necessárias duas viaturas de transporte de refeições e respetivo equipamento, a detenção de todas as licenças para a confeção e transporte de refeições, a contratação de um nutricionista/dietista para o acompanhamento e o restante pessoal que iria totalizar cerca de trinta e cinco pessoas neste processo. Referiu ainda outros constrangimentos existentes como a aquisição de matérias-primas e salientou que tudo isto não é um processo fácil e que antes de se optar pela contratação que agora se propõe foram estudadas outras alternativas, mas o facto de o ano letivo ter que estar a funcionar em setembro limitou o desenvolvimento de qualquer outro tipo de processo. -----

----- Esclareceu ainda que algumas das pessoas que constam da listagem fornecida acerca do desemprego são aquelas que são contratadas pela empresa e que estão ali incluídas mas que não estão a trabalhar nas férias letivas. Salientou também o facto de que havendo a opção por outro processo de aquisição de refeições, o pessoal nunca poderia ser contratado pela Câmara Municipal por impossibilidade de contratação nesta fase, tendo que haver, por isso, outras soluções. -----

----- Terminou dizendo que outra solução será agora trabalhada com o Centro de Negócios e Inovação para se estudarem outras possibilidades para o próximo ano letivo, já que neste ano letivo não houve qualquer outra possibilidade pela contingência dos prazos que têm que ser respeitados. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Disse perceber as dificuldades do momento e a segurança que é necessária para o arranque do ano letivo e sugeriu, ao invés de se fazer um concurso para todo o ano letivo se faça apenas até final do ano e até lá pode ser vista a evolução da prestação de serviços e eventualmente encontrar-se um caminho alternativo. -----

----- **VEREADORA SARA MARIA CARAPITO SILVA FRAGOSO** -----

----- Evidenciou que as reclamações que têm vindo a ser feitas são essencialmente pela quantidade e referiu que a mesma empresa tem o monopólio da distribuição das

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE MAIO DE 2013

refeições nas escolas e que acaba por gerir isso a seu favor. -----

----- **VEREADOR SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA** -----

----- Interveio questionando objectivamente porque é que a Câmara Municipal de Rio Maior não toma a iniciativa, como em outros sítios, de com o patrocínio da autarquia local se fazerem refeições para que os alunos as levem também como jantar, em colaboração com as instituições particulares de solidariedade social. Disse entender que não é fácil porque uma das objecções levantadas é que na contratualização feita com a empresa não se podem utilizar os refeitórios que são propriedade do Ministério da Educação e da Câmara Municipal, mas considerou que esta iniciativa devia ser já tomada pelas evidências, dos dados da segurança social, de que existem já crianças em dificuldades. -----

----- **VEREADORA SARA MARIA CARAPITO SILVA FRAGOSO** -----

----- Esclareceu que esta situação está a ser acautelada pelas cantinas sociais e que há famílias que são já acompanhadas e tenta-se, neste momento, afastar-se o estigma de levar as refeições para casa e neste contexto a distribuição através da cantina social é menos penalizante a esse nível do que as crianças saírem da escola já com o saco do jantar. -----

----- **VEREADOR SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA** -----

----- Afirmou que o que é realmente mais importante é as crianças terem comida e que com o avançar dos tempos, muito em breve, mais importante que fazer estradas será a política de proximidade e o apoio às pessoas, já que não há previsão nenhuma, a nível nacional, que evidencie qualquer alteração substancial da situação social que se vive. -----

----- **VEREADORA SARA MARIA CARAPITO SILVA FRAGOSO** -----

----- Saliu que as crianças, e as famílias, com problemas estão sinalizadas para que tenham o apoio necessário a nível alimentar e económico. Solicitou que todas as situações que sejam do conhecimento de alguém sejam sinalizadas para que se possa prestar o devido e necessário apoio. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Disse que da sua experiência o que tem vindo a verificar é que todos os concursos de grande amplitude onde a CIMLT intervém acabam por correr menos bem e que é válido não só para a alimentação mas também para outros serviços e afirmou que a prova é que são concluídos tardiamente e a qualidade da prestação nem sempre é a que se esperava, seja em termos de qualidade do produto seja em termos da quantidade fornecida. Acrescentou que estas têm sido preocupações transmitidas pelas entidades que são servidas pelas empresas em causa. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE MAIO DE 2013

----- Referiu que da sua leitura da situação, verifica que a Câmara, devido ao adiantado do calendário letivo, não pode fazer alterações de fundo no procedimento que traria mais um problema a acrescentar aqueles que são já conhecidos, como a colocação de auxiliares e professores, os horários e o contexto legislativo. Salientou ainda que há que ter em consideração que uma alteração trará alguns problemas a nível de contratação e de equipamentos, já que desconhece qual dos equipamentos escolares do concelho terá condições para servir a quantidade de refeições necessária. Ressalvou todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelos serviços de educação e ação social em prol da salvaguarda de situações que infelizmente vem sendo comum a muitos riomaiorenses. -----

----- Concluiu que neste momento, não obstante se possa tentar averiguar da possibilidade de seguir outros procedimentos, é irreversível o procedimento concursal a decorrer e que alteração das condições do mesmo, como a redução do prazo, é muito complicado, para além de já não haver tempo útil para o fazer, podendo esta situação ser estudada para o ano letivo de 2014/2015. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Disse entender as dificuldades apontadas e que este concurso é parte de um todo, embora seja contra este sistema, e que entende igualmente as responsabilidades da Câmara no início do ano letivo, mas pediu que o gabinete jurídico da Câmara inclua cláusulas rigorosas de indemnização quando não for cumprido o caderno de encargos e que este seja muito bem analisado porque a experiência já permite saber como é que as empresas fogem às suas responsabilidades e se existirem penalizações sérias a sua conduta poderá ser outra. Acrescentou que a única forma de votar favoravelmente este ponto será com esta salvaguarda da revisão das cláusulas do caderno de encargos, sendo que o ideal seria a redução do prazo da prestação até dezembro dando tempo para se pensar se deveria continuar ou não. -----

----- **VEREADORA SARA MARIA CARAPITO SILVA FRAGOSO** -----

----- Referiu que existem cláusulas de penalização que podem ser aplicadas mas que a Câmara precisa, para o fazer, de dados concretos vindos das escolas e tem havido muita dificuldade em ter relatos oficiais do serviço deficiente para que as mesmas possam ser acionadas. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Acrescentou ainda que as empresas jogam com a falta de tempo, com a falta de recursos humanos nas escolas e com toda a realidade e fazem uso disso a seu favor porque esse é o lucro deles. Salientou que uma parceria deve assentar na confiança

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE MAIO DE 2013

que se vai construindo todos os dias com o cumprimento das obrigações das partes e que um parceiro em quem não se confia, que tem que ser controlado não é definitivamente um parceiro, que é o que se passa atualmente. -----

----- **VEREADOR GUILHERME FILIPE SALGADO GABOLEIRO** -----

----- Interveio para dar conhecimento de que numa inspeção feita à escola um dos pontos que foi referido pelos pais foi as exíguas quantidades de comida que eram servidas no refeitório. Disse que em todas as reuniões que existem no final de período de avaliação os pais falam no refeitório e na cantina. Acrescentou que é impressionante como se faz uma escola nova, com uma cozinha equipada com aquilo que de melhor há, e as refeições não são feitas na escola e é uma empresa que vai lá servi-las. -----

----- Sugeriu que se constituísse um grupo de trabalho para se tentar encontrar soluções, já que por um euro e setenta e cinco cêntimos não se consegue uma refeição de qualidade e as empresas jogam com todas as variáveis para que possam ter lucro. -----

----- **VEREADOR SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA** -----

----- Afirmou ter que existir um sistema interno que fiscalize para que haja de facto uma ação mais contundente, mais eficaz porque considera que isto é demasiado grave e os montantes envolvidos são de tal maneira que não se pode estar à espera da denúncia. -----

----- **VEREADORA SARA MARIA CARAPITO SILVA FRAGOSO** -----

----- Disse que se deu a entender que se tratava apenas de uma questão de denúncia aleatória pedia desculpa, porque o que queria dizer é que o acompanhamento é feito pela escola através do preenchimento de uma ficha, prevista no caderno de encargos, e validada pela direção da escola e que as anomalias que se verificam devem ser devidamente registadas para que se possa atuar. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Referiu que a sugestão da uma análise pelo gabinete jurídico acerca da possibilidade de reforço das cláusulas é válida e que se este procedimento chegar à CIMLT poderá haver alguma alteração do caderno de encargos. Para além disso disse ainda que poderia ser equacionada uma experiência piloto, em período de férias, se seria possível o serviço de refeições não só para ver se resulta mas também para constituir uma salvaguarda num futuro incerto em que possa existir uma falha de fornecimento. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria dos presentes com 4 votos a favor e 3 abstenções. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE MAIO DE 2013

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, subscrita pelos **vereadores do Partido Socialista**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “ A nossa abstenção neste ponto tem a ver com o seguinte: não concordando na qualidade de serviço destas empresas percebemos que a Câmara não consegue de momento ter alternativas e confiamos na expectativa de que consigam, no mínimo, impor no caderno de encargos garantias de penalização por incumprimento.” -----

----- **UNIDADE DE CULTURA, PATRIMÓNIO CULTURAL, TURISMO E JUVENTUDE** -----

----- **PROGRAMAÇÃO ESPETÁCULO STAND-UP COMEDY - PROPOSTA**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e que o que se pretende deliberar é aprovar a proposta de programação do Espetáculo de Stand Up Comedy “Late Night Check Out” – LX Comedy Club a realizar com recurso à cedência do Cineteatro à Associação Cultural “Géneros & Comédias – Associação”, nos termos propostos na informação. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **RENOVAÇÃO DO PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTRUMENTOS MÚSICAIS – JUNTA DE FREGUESIA DE RIBEIRA DE S. JOÃO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a aprovação da renovação do Protocolo em apreço com a Junta de Freguesia de Ribeira de S. João, relativo à cedência de instrumentos musicais. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **RENOVAÇÃO DO PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE INSTRUMENTOS MÚSICAIS – SOCIEDADE FILARMÓNICA E MUSICAL DE S. SEBASTIÃO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a aprovação da renovação do Protocolo em apreço com a Sociedade Filarmónica e Musical de S. Sebastião, relativo à cedência de instrumentos musicais. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **GABINETE DE APOIO JURIDICO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA** -----

----- **BAR DO CINETEATRO – PEDIDO DE REDUÇÃO DE RENDA** -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE MAIO DE 2013

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a aprovação da redução da renda do Bar do Cineteatro para o montante de cinquenta euros mensais. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Disse não estar em questão a redução, que se compreende pelas razões indicadas, questionando apenas se sendo um concurso não poderá algum dos outros concorrentes ter apresentado um valor superior e agora dizer que a Câmara vem tomar esta decisão pondo em causa a decisão por favorecimento. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Esclareceu que de acordo com o parecer jurídico legalmente fundamentado, se houver alterações anormais a parte lesada tem o direito à resolução do contrato ou à sua modificação segundo juízos de equidade, desde que a exigência das obrigações por ela assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato. -----

----- Deu a palavra à Chefe de Unidade Administrativa e Recursos Humanos para mais alguns esclarecimentos. -----

----- CHEFE DE UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS -----

----- Esclareceu que do ponto de vista legal, conforme consta no parecer jurídico emitido e na informação dos serviços do Cineteatro, os pressupostos e condições iniciais que estiveram presentes no âmbito da hasta pública, foram alterados, e que por essa razão não pode haver lugar a reclamações. -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Questionou se as condições já eram do conhecimento de todos os concorrentes aquando do início do procedimento, assim como o facto de que alterações desta natureza poderiam levar a este tipo de situação. -----

----- CHEFE DE UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS -----

----- Esclareceu que as condições eram do conhecimento de todos os concorrentes, dizendo que apenas houve mais um concorrente que acabou por desistir no decurso da hasta pública, o que levou a que existisse apenas um concorrente a quem foi entregue a exploração do bar. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- DOAÇÃO DE IMÓVEL – JUNTA DE FREGUESIA DE ASSENTIZ -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a aprovação da doação do prédio identificado à Junta de Freguesia de Assentiz. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE MAIO DE 2013

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, subscrita pelo **Vereador Silvino Manuel Gomes Sequeira**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Aprovo este ponto porque efetivamente este terreno adquirido pelo Município em 2009 e na altura já era com o destino de voltar para as populações locais, ou para a Junta de Freguesia ou para a associação, porque foi esse o intuito e foi adquirido pela Câmara a solicitação das respetivas populações.” -----

----- UNIDADE FINANCEIRA, CONTABILIDADE, APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO ----

----- CONTRATO DE EMPRÉSTIMO ATÉ AO MONTANTE DE €3.984.252,00 – REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é revogar a deliberação de Câmara de 17.09.2012, pela qual se deliberou aprovar a alteração aos valores parciais afetos aos investimentos incluídos no contrato de financiamento em apreço, conforme se encontra previsto na alínea b), do n.º 2, do art.º 140.º, do Código do Procedimento Administrativo. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, subscrita pelo **Vereador Silvino Manuel Gomes Sequeira**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Congratulo-me com esta proposta, e que nos dá razão que efetivamente a Vila de Alcobertas precisava de um pavilhão e que tínhamos razão quando fizemos a candidatura e os anteriores executivos fizeram todos os esforços no sentido de o construir.” -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Fernando Frazão Correia**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Congratular-me pela decisão tomada pela Junta de Freguesia de Alcobertas e pela Assembleia de Freguesia de Alcobertas ao voltarem a apostar no pavilhão e penso que na altura quando não se sabia se a avenida da igreja iria ser participada ou não, acho que a aposta foi correta. No entanto hoje penso que a Câmara ao tomar a decisão, e a Junta e a Assembleia de Freguesia de Alcobertas, estão de parabéns.” -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE MAIO DE 2013

--- UNIDADE DE URBANISMO, PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO -----

----- PEDIDO DE CERTIDÃO DE VIABILIDADE CONSTRUTIVA PARA EFEITOS DE IMI, SITO EM CABEÇA GORDA, FREGUESIA DE SÃO JOÃO DA RIBEIRA, EM NOME DE PAULO CÉSAR CARVALHO & GRAÇA FIGUEIREDO LOPES – SOCIEDADE DE SOLICITADORES,R.L -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que, para o prédio em causa, não existe viabilidade construtiva, de acordo e nos termos das informações. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- PEDIDO DE CERTIDÃO DE VIABILIDADE CONSTRUTIVA PARA EFEITOS DE IMI, SITO EM OUTEIRO – VALE MARINHAS OU CASAL, FREGUESIA DE OUTEIRO DA CORTIÇADA, EM NOME DE PAULO CÉSAR CARVALHO & GRAÇA FIGUEIREDO LOPES – SOCIEDADE DE SOLICITADORES,R.L -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que, para o prédio em causa, não existe viabilidade construtiva, de acordo e nos termos das informações. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- PROCESSO Nº 410/2013 – EDIFÍCIO DE RESIDÊNCIA (LAR DE IDOSOS) – EM NOME DE JOSÉ SANTOS PRIMO – CASAL DA PARAVENTA – RIO MAIOR -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é deferir o presente pedido condicionado aos pareceres das entidades a consultar (Instituto de Segurança Social, ANPC e a ARS) e às informações e pareceres emitidos pela UUPOT, nos termos do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de Dezembro, com a atual redação dada pelo Decreto-Lei nº26/2010, de 30 de Março. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- PEDIDO DE CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES, EM VALE PEDRAIS, FREGUESIA DE AZAMBUJEIRA, EM NOME DE RAQUEL BARBOSA (SOLICITADORA)-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE MAIO DE 2013

disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a certificar que não há inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido, desde que daí, e no que diz respeito a loteamento e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PROPOSTA DE CONTRATO PARA PLANEAMENTO A CELEBRAR COM A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS (ASSIMAGRA), NO ÂMBITO DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DE PLANO DE POMENOR NA MODALIDADE DE PLANO DE INTERVENÇÃO EM ESPAÇO RURAL (PIER) DAS SALGUEIRAS – PUBLICITAÇÃO.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a aprovação dos fundamentos que justificam a adoção do contrato de planeamento a celebrar entre a Câmara Municipal e a Associação Portuguesa dos Industriais de Mármore e Ramos Afins (ASSIMAGRA) no âmbito do processo de elaboração do Plano de Pormenor na Modalidade de Plano de Intervenção em Espaço Rural (PIER) das Salgueiras e que se promova a divulgação pública da proposta de contrato e da deliberação, a publicitar na página da internet e nos locais de estilo, de acordo com o n.º 5 do artigo 6º e n.º 2 do artigo 77º do RJIGT, pelo período de 15 dias. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PROCESSO N.º 3/2008 – ALTERAÇÃO À OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO – DEPOMOR, SA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é a aprovação da alteração da licença de operação de loteamento, de acordo com o artigo 27º do Decreto-Lei nº555/99, de 16 de dezembro, com a atual redação dada pelo Decreto-Lei nº26/2010, de 30 de março e a emissão do respetivo aditamento ao alvará que deve ser comunicado à conservatória para efeitos de averbamento. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DE APOIO ÀS FREGUESIAS -----

----- **ADITAMENTO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA**

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE MAIO DE 2013

MUNICIPAL NAS JUNTAS DE FREGUESIAS – ANO 2013 -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é remeter o assunto à Assembleia Municipal para a delegação de novas competências nas Freguesias de Alcobertas, Azambujeira, Fráguas, Malaqueijo, Ribeira de São João e São João da Ribeira que constarão em aditamento aos protocolos celebrados entre a Câmara Municipal e as respetivas Juntas de Freguesia, de acordo com as minutas e quadro apresentados. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foram colocadas a discussão e votação as atas n.º 2/2013 referente à sessão ordinária de 25 de janeiro, n.º 3/2013 referente à sessão ordinária de 8 de fevereiro e n.º 4/2013 referente à sessão ordinária de 18 de fevereiro. -----

----- Aprovada a ata n.º 2/2013 por unanimidade dos presentes. -----

----- Aprovada a ata n.º 3/2013 por unanimidade dos presentes. -----

----- Aprovada a ata n.º 4/2013 por unanimidade dos presentes. -----

----- ASSUNTOS ALÉM DA AGENDA -----

----- EXPOSIÇÃO AO PR SOBRE LEGISLAÇÃO RELATIVA A ÁGUA E SANEAMENTO QUE FOI APROVADA EM CONSELHO DE MINISTROS – E-MAIL DO PRESIDENTE DA CÂMARA DE COIMBRA -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme votação anterior, para subscrição da exposição em causa. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Declaração de Voto do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida**, subscrita pelo **Vereador Silvino Manuel Gomes Sequeira**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Fico extremamente satisfeito por a Câmara ter subscrito este documento porque não enjeitou uma oportunidade que tem de defender os interesses das populações do Concelho de Rio Maior. Não a desperdiçou e é importante que não o tivesse feito.” -----

----- ENCERRAMENTO -----

----- Quando eram doze horas e cinco minutos, a Senhora Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 10 DE MAIO DE 2013

apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi. -----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS: _____